



Método EDA

Estratégia de Aprovação - OAB 1ª Fase

DIAGNÓSTICO INICIAL

*SIMULADO PARA IDENTIFICAR
SEU NÍVEL DE CONHECIMENTO
ANTES DO INÍCIO DA JORNADA*

OAB 1ª FASE

PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICO - MÉTODO EDA (OAB 1ª FASE)

Este simulado é parte essencial do **Método EDA - Estratégia de Aprovação:**

Uma metodologia baseada em neurociência, simulação real de desempenho, análise por blocos e foco absoluto na sua aprovação na 1ª fase da OAB.

Este não é apenas um teste!

É um espelho. Um termômetro. Uma virada de chave.

Olá, futuro(a) aprovado(a).

[Acesse agora e estude como quem quer passar.](#)

Você tem agora em mãos uma ferramenta de impacto. Aqui, cada questão foi escolhida, escrita e comentada com base no estilo FGV, nos temas mais cobrados e no que realmente **desafia o raciocínio jurídico no dia da prova.**

Este simulado foi pensado para medir não apenas o que você sabe, mas **como você se comporta diante do desafio.** Tempo, foco, estratégia e maturidade contam tanto quanto o conteúdo.

Como usar este simulado com inteligência:

1. Simule as condições reais da prova 🕒

- Reserve um ambiente sem distrações.
- Use cronômetro: tempo total = 2h30.
- Papel e caneta apenas. Sem consulta.

2. Corrija com consciência ✅

- Use o gabarito comentado ao final.
- Preencha seu Caderno de Erros (motivo, tema, plano de revisão).
- Marque os acertos por disciplina.

3. Classifique o tipo de erro 📝

- Errei porque não sabia?
- Errei por distração ou pressa?
- Confundi conceitos próximos?

4. Volte ao Estudo Inteligente 🔄

- Atualize sua planilha de desempenho.
- Use os resultados deste simulado para reforçar as próximas trilhas.
- Retome os blocos das disciplinas mais fracas.

INTERPRETE SEU DESEMPENHO

Acertos totais

Diagnóstico inicial

0 a 6

Fundamentos frágeis - revisão total ⚠️

7 a 11

Base em construção - ajustar estratégia 🔄

12 a 15

Ótimo desempenho - foco em refinar detalhes 🧠

📌 E agora?

Você viu onde está. E sabe o que precisa melhorar.
Mas e se você não precisasse mais estudar no escuro?

🧠 Baseado em neurociência, pegadinhas da FGV e performance ativa.

📖 Casos práticos + Leitura guiada + Mnemônicos + Questões comentadas com técnica

👉 **Acesse agora e estude como quem quer passar.**

🔗 **[Quero Iniciar meu estudo Inteligente]**

💬 **“Você não está apenas resolvendo um simulado. Está construindo sua aprovação.”**

(Acesse o site)

E LEMBRE-SE:

A aprovação não é um evento. É um processo.
E esse processo começa toda vez que você enfrenta o que ainda não domina.

Você não está apenas resolvendo um simulado.
Você está construindo sua aprovação.

Equipe EDA

Método Estratégia de Aprovação

ÉTICA PROFISSIONAL

QUESTÃO 1 – Prerrogativas Profissionais

Enunciado:

João, advogado regularmente inscrito na OAB, ao ser impedido de acompanhar a oitiva de uma testemunha durante investigação policial, protesta com base nas prerrogativas da profissão. Diante disso, assinale a alternativa correta:

- A) O advogado somente pode acompanhar interrogatório de seu cliente, não se estendendo tal direito a oitivas de testemunhas.
- B) O direito de presença do advogado em procedimentos investigatórios é discricionário da autoridade policial.
- C) O advogado tem o direito de assistir o seu cliente e também acompanhar a oitiva de testemunhas, podendo intervir a qualquer momento.
- D) O advogado tem direito a acompanhar a oitiva de testemunhas, mas não pode formular perguntas ou intervir.
- E) O advogado pode assistir seu cliente durante investigações e acompanhar o depoimento de testemunhas, sendo-lhe assegurado o direito de fazer perguntas ao final da oitiva.

Comentário:

Nos termos do art. 7º, XXI, da **Lei nº 8.906/94 (Estatuto da Advocacia)**, é direito do advogado **acompanhar o cliente investigado e oitiva de testemunhas, inclusive com a possibilidade de formular perguntas ao final**, resguardada a ordem e o respeito. Trata-se de prerrogativa legal e não de concessão da autoridade policial.

Gabarito: E

QUESTÃO 2 – Publicidade da Advocacia

Enunciado:

Maria, advogada iniciante, decide criar um perfil no Instagram para divulgar seus serviços jurídicos. Entre outras ações, ela posta vídeos explicando temas do direito penal, apresenta seu número de telefone e responde dúvidas pelo direct. Com base nas normas éticas da OAB, é correto afirmar:

- A) A publicidade nas redes sociais é vedada, ainda que feita com conteúdo educativo.
- B) É permitida a divulgação de conteúdo jurídico desde que não contenha oferta de serviços nem promessa de resultado.
- C) É vedada a utilização de vídeos em redes sociais, mesmo se o conteúdo for informativo.
- D) O advogado não pode divulgar seu contato pessoal nas redes, ainda que de forma discreta.
- E) A publicidade em redes sociais é autorizada apenas se vinculada ao site institucional da OAB.

Comentário:

De acordo com o **Provimento nº 205/2021 do CFOAB**, é permitida a **publicidade informativa** nas redes sociais, **desde que discreta, sem sensacionalismo, autopromoção exagerada ou captação indevida de clientela**. Pode-se divulgar conteúdo jurídico, inclusive em vídeo, **sem promessa de resultado nem oferta direta de serviços**.

Gabarito: B

QUESTÃO 3 – Honorários Advocatícios

Enunciado:

Carlos, advogado, celebrou contrato com seu cliente prevendo honorários de 30% sobre o valor obtido em uma ação de indenização. Após o trânsito em julgado, o cliente se recusa a pagar, alegando que os honorários são “exagerados”. Diante disso, assinale a alternativa correta:

- A) A fixação contratual de honorários não tem validade sem homologação judicial.
- B) Honorários contratuais fixados por escrito têm força executiva, podendo ser cobrados diretamente.
- C) O cliente pode, a qualquer momento, pedir a anulação do contrato por considerá-lo imoral, tornando-o inexigível.
- D) Os honorários contratuais somente podem ser cobrados após novo processo de arbitramento.
- E) O contrato de honorários só tem eficácia se assinado na presença de testemunhas ou com reconhecimento de firma.

Comentário:

Nos termos do **art. 22, § 3º da Lei nº 8.906/94**, o contrato de honorários firmado por escrito entre o advogado e o cliente possui **força executiva**, ou seja, permite execução direta caso haja inadimplemento, sem necessidade de arbitramento ou homologação.

Gabarito: B

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 4 – Controle de Constitucionalidade

Enunciado:

A Defensoria Pública ajuizou uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal, questionando uma lei estadual que viola preceitos da Constituição Federal. Considerando as regras do controle concentrado de constitucionalidade no Brasil, assinale a alternativa correta:

- A) A Defensoria Pública não possui legitimidade ativa para propor ADI.
- B) A ADI só pode ser ajuizada contra normas federais, jamais contra leis estaduais.
- C) O STF é competente para julgar ADI contra qualquer norma infraconstitucional.
- D) A Defensoria Pública possui legitimidade para propor ADI, desde que atue na defesa de direitos fundamentais das populações vulneráveis.
- E) O controle concentrado só pode ser realizado pelo Senado Federal, por meio de proposta de emenda constitucional.

Comentário:

A **Defensoria Pública** possui **legitimidade ativa restrita** para propositura de ADI, **nos termos do art. 103, VII da CF/88 e conforme decisão do STF (ADI 3943/DF)**. Essa legitimidade está condicionada à defesa dos direitos fundamentais das populações economicamente hipossuficientes, grupo ao qual está institucionalmente vinculada.

Gabarito: D

QUESTÃO 5 – Direitos Fundamentais

Enunciado:

Joana, servidora pública, compartilhou em suas redes sociais críticas contundentes ao governo estadual. Em resposta, a administração instaurou processo administrativo para puni-la por “conduta incompatível com a moralidade”. Com base na Constituição, assinale a alternativa correta:

- A) A liberdade de expressão do servidor é limitada à esfera privada, sendo vedadas manifestações públicas contra o Estado.
- B) O servidor pode se manifestar livremente, mas apenas se usar perfis com identificação neutra.
- C) A liberdade de expressão, inclusive crítica ao governo, é assegurada, salvo em ambiente de trabalho.
- D) O exercício da liberdade de expressão não pode ensejar sanção, salvo em casos de incitação à violência ou discurso de ódio.
- E) A crítica a autoridades públicas caracteriza falta funcional, punível com suspensão, mesmo fora do ambiente de trabalho.

Comentário:

A **liberdade de expressão** é um **direito fundamental previsto no art. 5º, IV e IX da CF/88**, e também reconhecido em julgados do STF. Embora haja limites (como discurso de ódio, incitação à violência ou violação de deveres funcionais), **a crítica legítima a governos ou autoridades não pode ser punida**, sob pena de violação ao Estado Democrático de Direito.

Gabarito: D

QUESTÃO 6 – Competência Legislativa

Enunciado:

O Estado Y editou lei que estabelece regras sobre trânsito e transporte, contrariando norma federal anterior sobre o mesmo tema. Considerando as competências legislativas estabelecidas pela Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- A) O Estado tem competência concorrente com a União em matéria de trânsito e transporte, podendo editar normas desde que não existam normas federais sobre o tema.
- B) A União possui competência exclusiva para legislar sobre trânsito e transporte.
- C) O Estado pode legislar livremente sobre trânsito, mesmo existindo norma federal.
- D) Em caso de norma federal anterior, os Estados devem se abster de legislar sobre o tema.
- E) Compete privativamente aos municípios legislar sobre transporte urbano e interestadual.

Comentário:

Nos termos do **art. 24, XII da Constituição Federal**, a competência para legislar sobre **trânsito e transporte é concorrente entre União, Estados e Distrito Federal**. Quando houver norma federal geral, os Estados **podem legislar supletivamente**, mas não podem contrariá-la. Na ausência de norma geral, a competência estadual é plena.

Gabarito: A

DIREITO PENAL

QUESTÃO 7 – Princípios do Direito Penal

Enunciado:

Carlos foi condenado com base em uma lei penal que entrou em vigor após a prática da conduta. Sua defesa alega a inaplicabilidade da norma. Considerando os princípios fundamentais do Direito Penal, assinale a alternativa correta:

- A) A lei penal retroage sempre que for mais severa que a anterior.
- B) A lei penal retroage apenas se expressamente previsto pelo juiz.
- C) A lei penal retroage se for mais benéfica ao réu, por força de princípio constitucional.
- D) A lei penal não se aplica retroativamente, ainda que mais benéfica.
- E) A retroatividade da lei penal depende de convenção entre as partes.

Comentário:

Conforme o **art. 5º, XL da Constituição Federal** e o **art. 2º, parágrafo único do Código Penal**, a **lei penal mais benéfica retroage** para alcançar fatos anteriores. Trata-se de aplicação do **princípio da retroatividade da lex mitior**, uma das garantias fundamentais da legalidade penal.

Gabarito: C

QUESTÃO 8 – Concurso de Pessoas

Enunciado:

Ana convence Bruno a participar de um roubo. No dia do crime, Bruno decide desistir e não comparece, mas Ana e outro comparsa cometem o delito. Diante do caso, assinale a alternativa correta:

- A) Bruno responderá pelo roubo como coautor, pois participou da fase de planejamento.
- B) Bruno é autor do crime por ter incentivado a prática do roubo.
- C) Bruno responde apenas por omissão imprópria, por não impedir o crime.
- D) Bruno não responde pelo crime, pois houve desistência voluntária e eficaz.
- E) Bruno responde por tentativa, pois sua intenção inicial era participar.

Comentário:

De acordo com o **art. 15 do Código Penal**, a **desistência voluntária** e eficaz **afasta a responsabilização pelo resultado final**. No concurso de pessoas, o STF e a doutrina majoritária entendem que **o partícipe que voluntariamente se afasta da execução e não contribui de forma relevante para o resultado não responde pelo crime consumado**.

Gabarito: D

QUESTÃO 9 – Culpabilidade

Enunciado:

Durante um assalto, João, de 19 anos, atua em estado de embriaguez completa e involuntária por força maior (foi dopado sem saber). Considerando a teoria da culpabilidade, assinale a alternativa correta:

- A) João responderá pelo crime com redução de pena, por estar parcialmente embriagado.
- B) A embriaguez completa, voluntária ou não, nunca exclui a culpabilidade.
- C) A embriaguez involuntária por caso fortuito pode excluir a imputabilidade penal.
- D) A embriaguez é sempre causa de diminuição de pena, independentemente de sua origem.
- E) A culpabilidade permanece intacta, pois a embriaguez não interfere na consciência do ato.

Comentário:

Conforme o **art. 28, § 1º do Código Penal**, não é punível o agente que pratica o fato **em estado de embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior**, pois há exclusão da **imputabilidade penal**, e, portanto, da **culpabilidade**.

Gabarito: C

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 10 – Prisão Preventiva

Enunciado:

Durante uma investigação criminal, o juiz decretou a prisão preventiva de Rafael com base em indícios de autoria e materialidade, além do risco de reiteração criminosa. Considerando a disciplina legal da prisão preventiva no processo penal brasileiro, assinale a alternativa correta:

- A) A prisão preventiva pode ser decretada apenas após o oferecimento da denúncia.
- B) A prisão preventiva exige prova cabal da autoria do crime.
- C) A prisão preventiva pode ser decretada a qualquer tempo, desde que presentes os requisitos legais.
- D) A decretação da prisão preventiva é automática diante da prática de crime doloso com pena superior a 4 anos.
- E) A prisão preventiva é cabível unicamente durante a instrução processual.

Comentário:

Nos termos do **art. 311 do Código de Processo Penal**, a prisão preventiva **pode ser decretada em qualquer fase da investigação ou do processo**, desde que presentes os requisitos do **art. 312**: prova da materialidade, indícios suficientes de autoria e existência de pelo menos um dos fundamentos (garantia da ordem pública, conveniência da instrução, ou assegurar a aplicação da lei penal).

Gabarito: C

QUESTÃO 11 – Ação Penal

Enunciado:

Carlos foi vítima de uma lesão corporal leve praticada por seu vizinho. Não ofereceu queixa no prazo legal. O Ministério Público, ao tomar ciência do fato, ofereceu denúncia. Com base na ação penal pública e privada no processo penal, assinale a alternativa correta:

- A) O Ministério Público sempre poderá oferecer denúncia em crimes de menor potencial ofensivo.
- B) Em crimes de ação penal privada, o Ministério Público pode atuar se o ofendido for omissivo.
- C) A lesão corporal leve é de ação penal pública condicionada à representação, salvo exceções legais.
- D) A falta de queixa não impede o Ministério Público de atuar nos casos de lesão leve.
- E) A ação penal é pública incondicionada em qualquer hipótese de lesão corporal.

Comentário:

Conforme jurisprudência pacificada do STF e o entendimento do **STJ (Súmula 542)**, a **lesão corporal leve ou culposa** é de **ação penal pública condicionada à representação**, salvo quando **praticada contra mulher no âmbito da violência doméstica**, situação em que a ação é **incondicionada** (Lei Maria da Penha – art. 41).

Gabarito: C

QUESTÃO 12 – Provas

Enunciado:

Durante o processo penal, a defesa de Ana requer a produção de prova pericial para comprovar a falsidade de um documento apresentado pela acusação. O juiz indefere o pedido, alegando que a prova é desnecessária. Sobre o tema das provas no processo penal, assinale a alternativa correta:

- A) O juiz está obrigado a deferir toda prova requerida pela defesa.
- B) O juiz pode indeferir provas, mesmo essenciais, se considerar o processo suficientemente instruído.
- C) O juiz deve fundamentar sua decisão ao indeferir prova considerada pertinente pela defesa.
- D) A defesa não pode requerer produção de prova após a fase de instrução.
- E) As provas requeridas pela acusação têm prioridade sobre as da defesa, por força do princípio da oficialidade.

Comentário:

Nos termos do **art. 5º, LV da CF/88** e do **art. 400 do CPP**, o juiz deve **garantir o contraditório e ampla defesa**, inclusive com os meios e recursos a ela inerentes. Ao indeferir pedido de prova considerado pertinente e relevante, o juiz **deve fundamentar expressamente sua decisão**, sob pena de nulidade por cerceamento de defesa.

Gabarito: C

DIREITOS HUMANOS

QUESTÃO 13 – Direitos Humanos

Enunciado:

O Brasil é parte de diversos tratados internacionais que visam a proteção dos direitos humanos. Com base nas normas constitucionais e na jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta:

- A) Os tratados internacionais de direitos humanos têm o mesmo status das normas infraconstitucionais ordinárias.
- B) Os tratados de direitos humanos nunca podem ter hierarquia constitucional, mesmo que aprovados com quórum qualificado.
- C) Os tratados internacionais de direitos humanos aprovados com quórum de emenda constitucional equivalem às normas constitucionais.
- D) Os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Executivo têm status supralegal automaticamente.
- E) Os tratados internacionais, independentemente da matéria, têm status constitucional se ratificados pelo Congresso Nacional.

Comentário:

Conforme o **art. 5º, § 3º da Constituição Federal**, os **tratados internacionais de direitos humanos** aprovados em **cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, equivalem às emendas constitucionais**. Já os demais tratados de direitos humanos têm **status supralegal**, conforme fixado pelo STF no Recurso Extraordinário 466.343/SP.

Gabarito: C

DIREITOS ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 14 – Direito Administrativo

Enunciado:

Em processo administrativo disciplinar, um servidor público federal foi demitido sem que tivesse sido oportunizada a apresentação de defesa prévia. Com base na Constituição e nos princípios do direito administrativo, assinale a alternativa correta:

- A) O devido processo legal é exigido apenas no processo penal, não sendo aplicável ao administrativo.
- B) A ausência de defesa prévia não gera nulidade, se o servidor tiver conhecimento informal da acusação.
- C) A ampla defesa é garantida apenas aos servidores efetivos, não alcançando comissionados.
- D) A ausência de contraditório e ampla defesa em processo administrativo acarreta nulidade absoluta do ato.
- E) A Constituição assegura contraditório e ampla defesa apenas nos processos com sanção criminal.

Comentário:

O **art. 5º, incisos LIV e LV da Constituição Federal** assegura a todos os litigantes – inclusive em sede administrativa – o **contraditório e a ampla defesa**. A **ausência de defesa técnica ou oportunidade de manifestação** em procedimento que possa gerar sanção **configura nulidade absoluta**, conforme entendimento consolidado do STF e do STJ.

Gabarito: D

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 15 – Direito Tributário

Enunciado:

Um Estado da federação pretende instituir novo tributo sobre a extração mineral em seu território. Ao editar a lei, fixa que o tributo será cobrado a partir da data da publicação da norma. Com base no princípio da anterioridade tributária, assinale a alternativa correta:

- A)** O novo tributo estadual pode ser cobrado no mesmo exercício financeiro, desde que respeitado o prazo de 30 dias.
- B)** O novo tributo deve respeitar apenas a anterioridade de exercício financeiro.
- C)** A cobrança do tributo é válida, pois os Estados têm competência tributária plena.
- D)** O novo tributo somente poderá ser exigido após 90 dias da publicação da lei.
- E)** O novo tributo está sujeito à anterioridade anual e à anterioridade nonagesimal.

Comentário:

De acordo com os **artigos 150, III, “b” e “c” da Constituição Federal**, a criação ou majoração de tributo deve **respeitar dois princípios fundamentais**:

- **Anterioridade Anual:** não pode ser cobrado no mesmo exercício financeiro em que foi instituído.
- **Anterioridade Nonagesimal:** deve respeitar o prazo de 90 dias entre a publicação da lei e o início da exigência.

Gabarito: E